



MARINHA DO BRASIL

COLÉGIO NAVAL

DEPARTAMENTO DE APOIO

DIVISÃO DE OFICINAS E SERVIÇOS

(Processo Administrativo nº 663141.050992/2025-98)

PREGÃO ELETRÔNICO- SRP- Nº 90992 /2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Eventual aquisição de tintas e materiais de pinturas e acessórios utilizadas nos diversos serviços de conservação do Colégio Naval (CN), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - PAREDES INTERNAS E EXTERNAS								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UF	QTE Mínima	QTE Máxima	QTE Total	Valor Unitário	Valor Total
1	446955	TINTA ACRÍLICA COR BRANCO NEVE, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO, ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO; RENDIMENTO ATÉ 320M². SUGESTÃO DE MARCA: LINHA CORALAR OU EQUIVALENTE	Lata 18L	10	300	600	R\$ 306,70	R\$ 184.020,00
2	446955	TINTA ACRÍLICA COR BRANCO NEVE, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO, ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO; RENDIMENTO ATÉ 320M². SUGESTÃO DE MARCA: LINHA CORALAR OU EQUIVALENTE	Lata 18L	5	100	200	R\$ 306,70	R\$ 61.340,00
3	453736	TINTA ACRÍLICA COR BRANCA GELO, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO E ANTIALGAS; RENDIMENTO ATÉ 100M² ACABADO; USO EM ALVENARIA, CONCRETO, GESSO, MASSA CORRIDA E MASSA ACRÍLICA; SUGESTÃO DE MARCA: LINHA CORALAR OU EQUIVALENTE	Lata 18L	10	300	600	R\$314,74	R\$ 188.844,00
4	453736	TINTA ACRÍLICA COR BRANCA GELO, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO,	Lata 18L	5	100	200	R\$314,74	R\$ 62.948,00

		ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO E ANTIALGAS; RENDIMENTO ATÉ 100M ² ACABADO; USO EM ALVENARIA, CONCRETO, GESSO, MASSA CORRIDA E MASSA ACRÍLICA; SUGESTÃO DE MARCA: LINHA CORALAR OU EQUIVALENTE						
5	253852	TINTA ACRÍLICA COR AMARELO VANILLA, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO; RENDIMENTO ATÉ 100M ² ACABADO; USO EM ALVENARIA, CONCRETO, GESSO, MASSA CORRIDA E MASSA ACRÍLICA; MARCA SUGERIDA: ITALIAN OU MARCA DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR COM A MESMA TONALIDADE DE COR.	Lata 18L	10	300	600	R\$386,74	R\$ 232.044,00
6	253852	TINTA ACRÍLICA COR AMARELO VANILLA, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO; RENDIMENTO ATÉ 100M ² ACABADO; USO EM ALVENARIA, CONCRETO, GESSO, MASSA CORRIDA E MASSA ACRÍLICA; MARCA SUGERIDA: ITALIAN OU MARCA DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR COM A MESMA TONALIDADE DE COR.	Lata 18L	5	100	200	R\$386,74	R\$ 77.348,00
7	446955	TINTA ACRÍLICA COR CINZA, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO; RENDIMENTO ATÉ 100M ² ACABADO; USO EM ALVENARIA, CONCRETO, GESSO, MASSA CORRIDA E MASSA ACRÍLICA. MARCA SUGERIDA: MAX PISO DA MAXVINIL OU MARCA DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR COM A MESMA TONALIDADE DE COR.	Lata 18L	5	150	300	R\$ 343,88	R\$103,164,00
8	446955	TINTA ACRÍLICA COR CINZA, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO FOSCO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO; RENDIMENTO ATÉ 100M ² ACABADO; USO EM ALVENARIA, CONCRETO, GESSO, MASSA CORRIDA E MASSA ACRÍLICA. MARCA SUGERIDA: MAX PISO DA MAXVINIL OU MARCA DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR COM A MESMA TONALIDADE DE COR.	Lata 18L	5	50	100	R\$ 343,88	R\$34.388,00
9	471075	TINTA ACRÍLICA COR AZUL DEL REY, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO FOSCO OU	Lata 18L	5	150	300	R\$376,60	R\$112.980,00

		ACETINADO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO E ANTIALGAS; RENDIMENTO ATÉ 130M² ACABADO; SUGESTÃO DE MARCA: LINHA PROTEÇÃO SOL E CHUVA DA CORAL OU EQUIVALENTE						
10	471075	TINTA ACRÍLICA COR AZUL DEL REY, PARA PAREDE, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, ACABAMENTO FOSCO OU ACETINADO; BAIXO ODOR; COM TRATAMENTO ANTIMOFO E ANTIALGAS; RENDIMENTO ATÉ 130M² ACABADO; SUGESTÃO DE MARCA: LINHA PROTEÇÃO SOL E CHUVA DA CORAL OU EQUIVALENTE	Lata 18L	5	50	100	R\$376,60	R\$37.660,00
VALOR TOTAL							R\$1.094.736,00	
GRUPO 2 - MADEIRAS E ESTRUTURAS METÁLICAS								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UF	QTE Mínima	QTE Máxima	QTE Total	Valor Unitário	Valor Total
11	471065	TINTA ESMALTE, COR AZUL DEL REY, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA; SUGESTÃO DE MARCA: LINHA CORALAR OU EQUIVALENTE	Galão 3,6L	5	150	300	R\$ 139,90	R\$ 41.970,00
12	616755	TINTA ESMALTE, COR AMARELA, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	50	100	R\$ 155,00	R\$ 15.500,00
13	610539	TINTA ESMALTE, COR PRETA, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	50	100	R\$ 176,00	R\$ 17.600,00
14	375235	TINTA ESMALTE, COR VERMELHO, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA PARA IDENTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE COMBATE À INCÊNDIO	Galão 3,6L	5	50	100	R\$ 147,26	R\$ 14.726,00
15	610542	TINTA ESMALTE, COR VERDE FOLHA, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	150	300	R\$ 147,50	R\$ 44.250,00
16	472317	TINTA ESMALTE, COR BRANCA, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	150	300	R\$ 155,71	R\$ 46.713,00
17	226203	TINTA ESMALTE, COR CERÂMICA, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	100	200	R\$ 105,00	R\$ 21.000,00
18	358358	TINTA ESMALTE, COR MARROM TABACO, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	150	300	R\$ 151,00	R\$ 45.300,00
19	423648	TINTA ESMALTE, COR CINZA MÉDIO, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	50	100	R\$ 141,45	R\$ 14.145,00

20	358355	TINTA ESMALTE, COR ALUMÍNIO, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	20	40	R\$ 213,50	R\$ 8.540,00
21	322769	TINTA ESMALTE, COR CINZA PLATINADO, TIPO ACABAMENTO SINTÉTICO, APLICAÇÃO MADEIRA / ESTRUTURA METÁLICA	Galão 3,6L	5	100	200	R\$ 153,78	R\$ 30.756,00
VALOR TOTAL							R\$ 300.500,00	
GRUPO 3 - PISOS E QUADRAS								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UF	QTE Mínima	QTE Máxima	QTE Total	Valor Unitário	Valor Total
22	251657	TINTA PISO, COR CINZA MÉDIO, ACABAMENTO FOSCO, APLICAÇÃO EXTERIOR E INTERIOR EM ÁREA DE GRANDE CIRCULAÇÃO, RENDIMENTO DE ATÉ 150M²; COMPONENTES: RESINA ACRÍLICA, PIGMENTOS ATIVOS E INERTES, COALESCENTES, ESPESSANTES MICROBICIDAS NÃO METÁLICOS E ÁGUA; SUGESTÃO DE MARCA: CORAL OU EQUIVALENTE	Lata 18L	2	85	170	R\$ 457,25	R\$ 77.732,50
23	418339	TINTA PISO, COR BRANCO, ACABAMENTO FOSCO, APLICAÇÃO EXTERIOR E INTERIOR EM ÁREA DE GRANDE CIRCULAÇÃO, RENDIMENTO DE ATÉ 150M²; COMPONENTES: RESINA ACRÍLICA, PIGMENTOS ATIVOS E INERTES, COALESCENTES, ESPESSANTES MICROBICIDAS NÃO METÁLICOS E ÁGUA; SUGESTÃO DE MARCA: CORAL OU EQUIVALENTE	Lata 18L	2	80	160	R\$ 473,80	R\$ 75.808,00
24	239585	TINTA PISO, COR AMARELO OURO, ACABAMENTO FOSCO, APLICAÇÃO EXTERIOR E INTERIOR EM ÁREA DE GRANDE CIRCULAÇÃO, RENDIMENTO DE ATÉ 150M²; COMPONENTES: RESINA ACRÍLICA, PIGMENTOS ATIVOS E INERTES, COALESCENTES, ESPESSANTES MICROBICIDAS NÃO METÁLICOS E ÁGUA; SUGESTÃO DE MARCA: CORAL OU EQUIVALENTE	Lata 18L	2	25	50	R\$ 320,00	R\$ 16.000,00
25	307480	TINTA PISO, COR CONCRETO OU CIMENTO QUEIMADO, ACABAMENTO FOSCO, APLICAÇÃO EXTERIOR E INTERIOR EM ÁREA DE GRANDE CIRCULAÇÃO, RENDIMENTO DE ATÉ 150M²; COMPONENTES: RESINA ACRÍLICA, PIGMENTOS ATIVOS E INERTES, COALESCENTES, ESPESSANTES MICROBICIDAS NÃO METÁLICOS E ÁGUA; SUGESTÃO DE MARCA: CORAL OU EQUIVALENTE	Lata 18L	2	10	200	R\$ 354,96	R\$ 70.992,00
26	235811	TINTA ESPECIAL QUADRA ESPORTIVA EXTERNA E INTERNA, PVA ACRÍLICA, COR VERMELHO	Lata 18L	1	50	100	R\$ 288,00	R\$ 28.800,00
27	262467	TINTA ESPECIAL QUADRA ESPORTIVA EXTERNA E INTERNA, PVA ACRÍLICA, COR VERDE	Lata 18L	1	50	100	R\$ 302,00	R\$ 30.200,00
28	301781	TINTA ESPECIAL QUADRA	Lata	1	50	100	R\$ 274,99	R\$ 27.499,00

		ESPORTIVA EXTERNA E INTERNA, PVA ACRÍLICA, COR AZUL	18L					
29	223470	TINTA ESPECIAL QUADRA ESPORTIVA EXTERNA E INTERNA, PVA ACRÍLICA, COR LARANJA	Lata 18L	1	10	20	R\$ 399,59	R\$ 7.991,80
30	235810	TINTA ESPECIAL QUADRA ESPORTIVA EXTERNA E INTERNA, PVA ACRÍLICA, COR PRETO	Lata 18L	1	10	20	R\$ 344,00	R\$ 6.880,00
VALOR TOTAL							R\$ 341.903,30	
GRUPO 4 - SOLVENTES E PREPARAÇÃO								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UF	QTE Mínima	QTE Máxima	QTE Total	Valor Unitário	Valor Total
31	313133	ZARCÃO, TEMPO SECAGEM RÁPIDA, MÉTODO APLICAÇÃO PINCEL, COR VERMELHO FOSCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RENDIMENTO 8 A 70 M2/GL/DEMÃO, SÓLIDO P/VOLUME 56%	Galão 3,6L	5	150	300	R\$ 124,90	R\$ 37.470,00
32	396007	CAL VIVA, MATERIAL ÓXIDO CÁLCIO, COR BRANCA, APRESENTAÇÃO PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INODORO, COM FIXADOR, PUREZA MÍNIMA 90%	SACO 20kg	10	250	500	R\$ 31,41	R\$ 15.705,00
33	429924	AGUARRÁS, APLICAÇÃO SOLVENTE DE TINTA, COMPOSIÇÃO 100% DESTILADO DE PETRÓLEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ORIGEM MINERAL, SEM BENZENO, ÁLCOOL OU QUEROZENE	Lata 900ml	10	100	200	R\$ 26,77	R\$ 5.354,00
34	310673	VERNIZ, ACABAMENTO BRILHANTE, COR MOGNO, MÉTODO APLICAÇÃO PINCEL E PISTOLA, APLICAÇÃO INTERIOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SECAGEM RÁPIDA	Galão 3,6L	2	50	100	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
35	479026	VERNIZ, ACABAMENTO BRILHANTE, COR INCOLOR, APLICAÇÃO INTERIOR E EXTERIOR, COMPOSIÇÃO EPÓXI	Galão 3,6L	2	50	100	R\$ 190,75	R\$ 19.075,00
36	223505	MASSA ACRÍLICA BRANCA COM CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE ABNT/INMETRO. APRESENTAÇÃO EM LATA OU BALDE, AMBOS COM 25KG.	25KG	2	100	200	R\$ 192,00	R\$ 38.400,00
VALOR TOTAL							R\$ 128.004,00	
GRUPO 5 - MATERIAIS DE PINTURA								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UF	QTE Mínima	QTE Máxima	QTE Total	Valor Unitário	Valor Total
37	292434	CABO DE ROLO DE PINTURA, TAMANHO 23CM, MATERIAL AÇO ZINCADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM BUCHAS	UN	2	100	200	R\$ 19,89	R\$ 3.978,00
38	397729	ROLO PINTURA PREDIAL, MATERIAL LÃ DE CARNEIRO, COMPRIMENTO 23CM,	UN	10	400	800	R\$ 33,95	R\$ 27.160,00

		CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO						
39	372682	CABO E ROLO DE PINTURA, TAMANHO 15CM LÃ DE CARNEIRO, MATERIAL AÇO ZINCADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM BUCHAS	UN	10	200	400	R\$ 28,00	R\$ 11.200,00
40	616920	CABO E ROLO PINTURA PREDIAL, MATERIAL LÃ DE ESPUMA, COMPRIMENTO 9CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO	UN	10	200	400	R\$ 17,00	R\$ 6.800,00
41	441431	ESPÁTULA, MATERIAL LÂMINA AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO MADEIRA, TAMANHO 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PINTURA	UN	10	150	300	R\$ 16,70	R\$ 5.010,00
42	239398	TRINCHA PINCEL, MATERIAL CABO MADEIRA ENVERNIZADA, MATERIAL CERDAS GRIS DUPLA, TAMANHO 2 POL, TIPO CABO ANATÔMICO	UN	10	200	400	R\$ 18,50	R\$ 7.400,00
43	239399	TRINCHA PINCEL, MATERIAL CABO MADEIRA ENVERNIZADA, MATERIAL CERDAS GRIS DUPLA, TAMANHO 3 POL, TIPO CABO ANATÔMICO	UN	10	200	400	R\$ 22,00	R\$ 8.800,00
44	328505	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 50, COMPRIMENTO 50, COR PALHA, APLICAÇÃO MULTIUSO	UN	10	200	400	R\$ 30,50	R\$ 12.200,00
45	332859	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 25, COMPRIMENTO 50, ESPESSURA 0,16, COR BRANCA, APLICAÇÃO MULTIUSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTÊNCIA TRAÇÃO 7KGF/POL	UN	10	200	400	R\$ 10,61	R\$ 4.244,00
46	354502	LIXA, MATERIAL PAPEL, TIPO LIXA MADEIRA, APRESENTAÇÃO FOLHA, TIPO GRÃO 80, COMPRIMENTO 275, LARGURA 225, APLICAÇÃO MARCENARIA	UN	10	200	400	R\$ 13,80	R\$ 5.520,00
47	364511	BANDEJA PINTURA, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 40, LARGURA 23	UN	10	200	400	R\$ 3,92	R\$ 1.568,00
48	395549	BROXA PINTURA, MATERIAL BASE MADEIRA, MATERIAL CABO PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS SINTÉTICO, FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO CAIAÇÃO, COMPRIMENTO 190, LARGURA 76	UN	10	200	400	R\$ 10,00	R\$ 4.000,00
49	344993	CABO ROLO DE PINTURA, TIPO EXTENSOR, TAMANHO 2,70, MATERIAL ALUMÍNIO	UN	2	50	100	R\$ 159,00	R\$ 15.900,00
50	284815	ESCOVA MANUAL COM MÍNIMO DE 4 FILEIRAS DE CERDAS DE AÇO, CABO DE PLÁSTICO. TAMANHO MÍNIMO 270MM	UN	2	50	100	R\$ 11,24	R\$ 1.124,00
51	376323	LUVA DE RASPA CANO CURTO, APROPRIADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA	UN	2	50	100	R\$ 57,30	R\$ 5.730,00

		AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES. TAMANHOS MÉDIO E GRANDE, OU NUMÉRICO EQUIVALENTE.						
52	610997	CABO EXTENSOR PINTURA 5 METROS EM ALUMÍNIO, COM SELO INMETRO.	UN	2	50	100	R\$ 401,45	R\$ 40.145,00
53	450515	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COMPOSIÇÃO EM POLICARBONATO, LENTES COM INCOLORES E COM TRATAMENTO ANTIRRISCO E PROTEÇÃO LATERAL	UN	2	50	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL							R\$ 162.279,00	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Em conformidade com o item IX do Art. 15º do Decreto Nº 11.462/23, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os Objetos das aquisições estão previstos no **Programa de Aplicação de Recursos (PAR)**. Conforme o detalhamento a seguir:

3.3. Código do PAR: 0037/2025

3.4. Data da aprovação de inclusão do objeto do PAR: 15/01/2025.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto; em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023 e conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Apresentação da Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) conforme NBR ABNT 14725;

4.1.2. Rótulo em conformidade com a classificação GHS (Sistema Globalmente Harmonizado);

4.1.3. Recolhimento de embalagens vazias pela contratada, em conformidade com legislação ambiental aplicável (ex: Resolução CONAMA nº 275/2001 e Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010);

4.1.4. Produtos com embalagens recicláveis ou retornáveis;

4.1.5. Fornecimento de produto com registro nos órgãos competentes (ex: ANVISA, Ministério da Saúde ou MAPA, conforme aplicável);

4.1.6. Indicação de profissional habilitado para fornecimento técnico e instruções de uso seguro, conforme as Boas Práticas de Saneamento.

4.2. A adoção desses critérios visa reduzir os impactos ambientais e sociais decorrentes da aquisição, promover a economia de recursos e garantir a segurança dos operadores e da população atendida, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

Da sugestão de marcas

4.3. A sugestão de marca é para fins de parâmetro ou referência para as especificações qualitativas, visando garantir a economicidade, obtendo maior durabilidade e menor necessidade de repintura, e a segurança técnica, assegurando que o material suportará as condições de exposição externa e interna sem degradação precoce por mofo ou intempéries, mantendo a integridade estética do patrimônio público.

Da exigência de amostra

4.4. A Equipe de Planejamento irá avaliar as proposta individualmente e poderá solicitar amostras de qualquer um dos itens presentes neste Termo para subsidiar a avaliação.

4.5. A possibilidade de solicitação de amostras fundamenta-se na necessidade de verificar se o produto atende aos requisitos de desempenho que não podem ser comprovados apenas por meio de catálogos.

4.6. A fim de garantir que os materiais e as tonalidades das tintas atendam rigorosamente aos padrões das edificações, visto que se trata de prédios históricos em Angra dos Reis – RJ. A análise

técnica dessas amostras será realizada pelos agentes públicos Jéferson de Paula Moreira, Rafael Siqueira da Silva e Vinícius de Araújo e Silva, militares que possuem a competência técnica e a experiência necessária para validar a conformidade dos produtos.

4.6.1. Diferente de outros materiais, a tinta depende da viscosidade e da pigmentação real. A amostra permite testar se a tinta cobre a superfície com o número de demãos previsto, evitando que a Administração compre um produto barato que exija o dobro de material para o mesmo resultado.

4.6.2. As cores vanilla e cinza podem variar drasticamente entre fabricantes. A amostra garante a padronização visual das edificações, evitando o aspecto de "colcha de retalhos" em manutenções futuras.

4.6.3. A amostra serve para confrontar o produto entregue com as normas NBR 11702 e NBR 15079, assegurando que o material é, de fato, conforme exigido.

4.7. As amostras, quando solicitadas, deverão ser entregues no endereço Av. Marques de Leão S/N, Colégio Naval, Bairro: Centro, CEP: 23.909-000, no prazo limite de 10 (dez) dias corridos a partir da data de solicitação no sistema, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.8. Exclusivamente para os itens 5, 6, 7 e 8, respectivamente as cores amarelo vanilla e cinza para pintura de paredes, caso a amostra não atenda a tonalidade exigida, será facultado ao licitante classificado provisoriamente a oferta da marca indicada no item, não podendo ofertar outra marca a fim de não contrariar o disposto no item 4.7 deste Termo.

4.9. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **10 (dez)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.15.Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de marcas

4.16.Para assegurar a qualidade dos produtos a serem fornecidos, não será admitida a indicação de marcas, porém serão exigidos critérios técnicos mínimos conforme regulamentações aplicáveis:

4.17.É obrigatório, sob pena de desclassificação, que os concorrentes informem a marca e modelo (quando couber) dos produtos ofertados no momento da apresentação da proposta sistema.

Subcontratação

4.18.Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19.Não haverá exigência das garantias da contratação previstas no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Tal medida fundamenta-se nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, visando desonerar os licitantes para ampliar a competitividade e evitar custos administrativos de gestão de garantias superiores ao risco potencial da contratação.

4.20.Porém, considerando a necessidade de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais por parte do contratado, será exigido Atestado de Capacidade Técnica, assinado por um representante autorizado do órgão público contratante, que comprove a experiência da empresa contratada no fornecimento de itens semelhantes ao objeto da contratação no valor mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global da contratação.

4.21.Estando comprovada a capacidade de fornecimento do licitante, este torna-se obrigado a fornecer, no prazo que será estabelecido no Termo de Referência e em remessa única, caso solicitado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do item.

4.22.Tais exigências visam garantir a segurança sanitária e a eficácia dos produtos no tratamento da água e do esgoto, conforme os parâmetros definidos pelas normas técnicas nacionais e os padrões do Ministério da Saúde.

4.23.O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.23.1. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que para o sistema um grupo torna-se um único item, além de preservar a qualidade do objeto licitado contratando um único fornecedor para o provimento integral dos itens que compõem o grupo. Ainda serão concedidos todos os outros benefícios às ME/EPP cabíveis previstos na Lei Complementar 123/2006.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da data de apresentação da Nota de Empenho;

5.2. Caso solicitado, o licitante vencedor do certame deverá ser capaz de fornecer, no prazo estabelecido no item 5.1 deste Termo, em remessa única, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do item;

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av. Marques de Leão s/nº - Centro Angra dos Reis – RJ CEP: 23909-900;

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.6. Todos os produtos fornecidos deverão ter data de validade mínima de 80% da data de fabricação no ato da entrega.

5.7. As embalagens e os produtos que apresentarem inconformidade com as normas, vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas;

5.7.1. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de solicitação de troca;

5.7.2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.7.3. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

5.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado; e

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.8. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.9. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15.Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis;

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, atualizado pelo Decreto nº 11.871, de 2023;

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. O prazo de validade;

8.11.2. A data da emissão;

8.11.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. O valor a pagar; e

8.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.14.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

Antecipação de pagamento

8.26.A presente contratação não admite a possibilidade antecipação de pagamento conforme as regras previstas no presente tópico.

Cessão de crédito

8.27.As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29.Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30.O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.31.A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.32.O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regida.

Reajuste

8.33.Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no início do pregão.

8.34.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36.No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37.Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38.Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40.O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

9.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie, junto a a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração de que emitirá o DOF assim que a Nota Fiscal for emitida e que o apresentará junto a referida Nota Fiscal na entrega do objeto.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado conforme demanda eventual.

Critérios de aceitabilidade de preços

1.1. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários será: valor global conforme valor estimado da contratação.

1.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.1.Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021:

10.1.1. Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/20213, e legislação correlata.

10.1.2. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

10.2.**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7.**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.9.**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Os licitantes que apresentar proposta para os itens listados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, serão obrigados a apresentar o registro da FABRICANTE no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}$$

		Passivo Circulante	+	Passivo Não Circulante	
		Ativo Total			
SG =		Passivo Circulante	+	Passivo Não Circulante	
		Ativo Circulante			
LC =		Passivo Circulante			

10.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e

10.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.29. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito

público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados 25% do valor estimado da contratação.

10.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Documentação complementar para cooperativas

10.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

10.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.027.422,30 (Dois milhões vinte e sete mil quatrocentos e vinte e dois Reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1 acima.

11.2. A metodologia para a formação do preço de referência foi integralmente balizada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. A origem dos dados advém de consulta realizada no Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, tendo como metodologia para obtenção de preço de referência a mediana.

11.3. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. (alocação)

11.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.5.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.5.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.5.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 00001;
- II. Fonte de Recursos: 10000000000;
- III. Programa de Trabalho: 236877;
- IV. Elemento de Despesa: 339030;
- V. Plano Interno: G419MNI0513;

12.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência são classificadas como não sigilosas.

Angra dos Reis-RJ, na data da assinatura.

RAFAEL SIQUEIRA DA SILVA
Segundo-Sargento (MR)
CONTRAMESTRE DO COLÉGIO NAVAL

ATO DE APROVAÇÃO

Nos termos do disposto no Art. 8º do Decreto nº 11.462/23, e conforme Ordem de Serviço nº 40-2/2024, do Comandante do Colégio Naval, aprovo o presente Termo de Referência cuja finalidade é subsidiar as licitantes de todas as informações necessárias para a participação no certame que visa a eventual aquisição de tintas e materiais de pintura em proveito do Colégio Naval.

WILLY DE SOUZA DELLÊ VIANNA
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesa